

Determina a máxima o valor moral de uma acção?

Numa acção humana deliberada devemos considerar, para além do agente e da acção em si mesma, os seus antecedentes e as suas consequências. Nos primeiros incluímos a finalidade ou objectivo que o agente com essa acção pretende alcançar mas também aquilo a que Kant chama de máxima, isto é, o princípio do querer subjacente a essa mesma acção, aquilo que motiva o agente para a realização dessa acção. As consequências são os resultados produzidos por essa mesma acção.

O problema é o que deve ser levado em conta de forma a avaliar o valor moral de uma acção. As consequências que ela produz? Ou a máxima que orienta o agente na sua acção?

Num primeiro argumento, Kant defende a função moral da razão, um órgão do ser humano, que como qualquer outro órgão num outro ser organizado possui uma função: modelar a vontade humana, torná-la uma boa vontade. A vontade humana, sob o crivo da razão, é o princípio primeiro da acção, a fonte das máximas que a orientam.

Kant divide então todo o espectro das acções humanas em três categorias: aquelas que são realizadas contra o dever, aquelas que são realizadas em conformidade com o dever, e aquelas que são realizadas por dever. As primeiras não possuem obviamente qualquer valor moral positivo, pois são imorais. Quanto às outras duas categorias a posição de Kant é mais invulgar e difícil de justificar.

As acções em conformidade com o dever, tal como Kant as define, são aquelas que o sujeito pratica, e de facto são correctas, são as que ele devia praticar, em tal situação. No entanto essa identidade entre a sua acção e o dever é mera casualidade, pois o agente não pretende efectivamente agir como deve, apenas age consoante uma sua inclinação, que por coincidência, o orienta no mesmo sentido que o dever.

As acções por dever são aqueles em que o agente age por dever, independentemente, e muitas vezes contrariamente, a qualquer inclinação que possa ter. Estas são as únicas acções que possuem valor moral, segundo Kant, pois a máxima que a elas subjaz é a de praticar o dever. O valor moral de uma acção só pode ser encontrado no princípio do querer por detrás dessa mesma acção, a máxima, emanada da vontade e razão humanas.

O próprio Kant reconhece em parte a dificuldade em distinguir a máxima que orienta uma acção, entre inclinações e o dever. Define o dever como a *necessidade de consumir uma acção por respeito para com a lei*. A lei é um princípio objectivo, independente do homem, enquanto indivíduo subjectivamente condicionado. A máxima é o princípio subjectivo que orienta a acção, e que, quando em harmonia com o princípio objectivo, possui valor moral.

Kant rejeita assim por completo o consequencialismo, e nega qualquer valor moral a acções que, embora produzam resultados manifestamente positivos, tais como actos de caridade, sejam motivados por máximas sem qualquer valor moral, por exemplo, publicidade, ou mesmo satisfação pessoal.

De facto, nem sempre o agente consegue prever com precisão as consequências dos seus actos. Tomando o mesmo exemplo de actos de caridade, aqueles que doam os fundos pecuniários fazem-no de forma desinteressada e com a crença de que esses fundos ajudarão outras pessoas, mas nem sempre tal acontece, e esses bens financeiros podem ser utilizados para a compra de armamento. As nefastas consequências do acto são para o agente impossíveis de prever, e parece de facto errado que a responsabilidade moral de um acto humano deliberado dependa de variáveis incontroláveis pelo agente ou de meros acasos.

Ponha-se, no entanto, o exemplo contrário. Um cientista faz experiências num determinado ramo da física, que permitirá o desenvolvimento de uma tecnologia bastante útil no tratamento de certas doenças. O cientista age dessa forma com o intuito de ajudar a humanidade em geral e contribuir para o progresso científico e humano. As suas pesquisas são mal sucedidas, porém revelam a possibilidade de um novo tipo de armas de destruição maciça, que quando desenvolvidas, são usadas com efeitos devastadores. A máxima que motivou a acção é sem dúvida positiva, mas as suas consequências são totalmente negativas. A acção desse cientista possui valor moral negativo ou positivo? Não pode ao cientista ser imputada responsabilidade pela criação de uma arma mortífera, que foi, ainda que indesejável, uma consequência das suas acções?